



Exclusivo

CIÊNCIA

Centros de investigação em Educação contestam modelo da agência que substituiu a Fundação para a Ciência e Tecnologia



Conselho de Centros de Investigação em Ciência e Políticas da Educação alerta para os riscos da nova organização do sistema científico e critica modelos de avaliação centrados na inovação tecnológica





O Conselho de Centros de Investigação em Ciências e Políticas da Educação (CCICPE) tornou pública, esta sexta-feira, uma tomada de posição crítica sobre a reorganização do sistema científico nacional. A entidade **“acompanha com preocupação”** o processo de extinção da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e a sua integração na Agência para a Investigação e Inovação (AI2).

O conselho reúne investigadores e coordenadores de centros nacionais da área das Ciências e Políticas da Educação. A declaração é assinada por Elsa Estrela, da direção do Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento (CeIED), da Universidade Lusófona, e por Sandra Valadas, diretora do Centro de Investigação em Educação de Adultos e Intervenção Comunitária (CEAD), da Universidade do Algarve.

O Conselho de Centros de Investigação diz não pôr em causa “a necessidade de aperfeiçoar os mecanismos de coordenação” entre investigação e inovação, assim como reconhece a importância de reforçar a coerência e a eficácia do sistema. O que contesta é a solução encontrada. A fusão institucional entre os dois domínios **suscita “questões relevantes quanto à preservação da autonomia das políticas científicas”**, lê-se no documento.

Nesta tomada de posição, é enaltecido que a ciência produz conhecimento novo, “frequentemente sem aplicações imediatas ou inteiramente previsíveis”, enquanto a inovação mobiliza conhecimentos e recursos para gerar transformações económicas, tecnológicas, sociais ou institucionais. Subordinar a primeira à segunda, alerta o conselho, poderá comprometer “a diversidade de formas de produção do conhecimento” e fragilizar áreas científicas cujo contributo se manifesta sobretudo através de impactos sociais, culturais e democráticos.

A objeção mais concreta diz respeito aos instrumentos de avaliação. O CCICPE manifesta preocupação com o “crescente predomínio de modelos de avaliação e financiamento inspirados em lógicas de maturidade tecnológica”. Em causa está sobretudo a escala de *Technology Readiness Levels*, os TRL, um sistema de nove níveis desenvolvido pela NASA para medir o amadurecimento de uma

tecnologia e atualmente generalizado nos programas europeus de financiamento. A eventual aplicação transversal desta escala, sustenta o conselho, “suscita reservas quanto à sua adequação às ciências sociais e humanas”.

A consequência, sublinha o CCICPE, é dupla. Instrumentos deste tipo tendem a favorecer projetos com resultados imediatos e facilmente quantificáveis, “em detrimento de estudos fundamentais, críticos, longitudinais ou orientados para a avaliação de políticas públicas”. E podem induzir **“uma alteração artificial das agendas científicas”**, desvalorizando metodologias qualitativas, participativas e interpretativas e dificultando o reconhecimento de impactos educativos que só se tornam observáveis a médio ou longo prazo.

Investigação “não pode ser reduzida a uma lógica de eficiência económica”

Sobre o seu próprio campo, o conselho admite que a investigação em educação mantém uma relação estreita com a inovação e com a melhoria das práticas, o que contribui para a qualificação da população e para a competitividade do país. A sua natureza, defende, “não pode ser reduzida a uma lógica de eficiência económica, de transferência tecnológica ou de inovação empresarial”.

O conselho reivindica financiamento estável para a investigação fundamental, instrumentos de apoio ajustados às metodologias e às temporalidades de cada área, modelos diversificados de avaliação de impacto, mecanismos transparentes de prestação de contas e disponibilização aberta do conhecimento. Defende também que a definição dos domínios estratégicos nacionais reconheça de forma explícita a inovação social, institucional, política e cultural.

Qualquer reforma, conclui o Conselho dos Centros de Investigação, deve decorrer “de forma amplamente compreendida e participada, transparente e sustentada numa reflexão aprofundada sobre os modelos internacionais”. O conselho manifesta disponibilidade para contribuir para o debate e afirma que a ciência constitui “um bem público essencial ao desenvolvimento humano, social e democrático”. É esse o princípio que diz querer ver salvaguardado quando os domínios estratégicos forem fixados, dentro de três meses.

A resposta pública conta com a subscrição de treze centros de investigação. Assinam unidades das universidades Lusófona, do Algarve, de Aveiro, de Évora e Aberta, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto e do Instituto Piaget, o Centro de Investigação de Políticas de Ensino Superior e um centro interdisciplinar que junta o ISPA e duas faculdades da Universidade NOVA de Lisboa. Do ensino politécnico subscrevem quatro centros, que envolvem os institutos de Viseu, Guarda, Leiria, Lisboa, Santarém, Bragança e Porto.

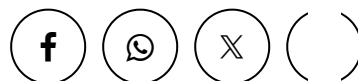
A reforma que motiva a declaração foi anunciada em julho de 2025 e concretizada por decreto-lei publicado a 24 de dezembro. A AI2 entrou em funcionamento a 1 de janeiro de 2026, sob dupla tutela dos ministérios da Educação, Ciência e Inovação e da Economia, e resulta da fusão da FCT com a Agência Nacional de Inovação. O conselho de administração, presidido por João Barros, tomou posse a 4 de maio.

O processo foi contestado desde o anúncio. [Reitores e investigadores classificaram a extinção da FCT como uma medida “radical” e que “compromete a ciência”](#).

O [Governo acabou por rever a natureza jurídica da agência](#), inicialmente prevista como sociedade anónima, foi depois transformada em entidade pública empresarial, e abriu uma ronda de pareceres antes da aprovação final.

RELACIONADOS

Publicado diploma de criação de nova agência científica que substitui a Fundação para a Ciência e Tecnologia



Tem dúvidas, sugestões ou críticas? Envie-me um e-mail:

amcorreia@expresso.impresa.pt